

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCIV • Nº 149

Poder Legislativo

Recife, sábado, 26 de agosto de 2017

Food trucks devem ficar atentos a lei estadual que regula atividade

Norma proposta pelo deputado Lucas Ramos foi aprovada em maio deste ano

Hambúrguer, kebab, sushi, pizza e tantas outras opções. Se a vontade é por um doce, tem de churros a sorvetes. A diversidade dos cardápios dos *food trucks* é grande. E o número de pessoas investindo nesse negócio também. Com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, proteger o consumidor e garantir o atendimento a regras ambientais e de trânsito, a Assembleia Legislativa promulgou, no primeiro semestre deste ano, a Lei Estadual nº 16.040/2017, que estabelece normas para o funcionamento dos *food trucks*.

Presidente da Associação de Comida sobre Rodas de Pernambuco (Acrope), Daniel Uchôa acredita que a regulamentação legítima e dá credibilidade à atividade. Atualmente, há cerca de 150 associados no Estado, mas ele calcula um número ainda maior de adeptos. “Estimo que existam mais 200 a 250 ainda não vinculados à Acrope”, afirma. A maioria (90%) atua na região metropolitana – com concentração no Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes –, mas “é possível encontrar *food trucks* em Petrolina (Sertão do São Francisco), Caruaru, Gravatá (ambas no Agreste Central) e Carpina (Mata Norte)”. Há três anos, Daniel parou de atuar como professor de Sociologia para comandar o Malabar Burger, que funciona em rua no bairro de Setúbal, Zona Sul do Recife.

Aprovada na Alepe em maio, a lei que regulamenta o funcionamento dos *food trucks* teve origem em projeto do deputado Lucas Ramos (PSB). “A ausência da regulamentação pode trazer inúmeros problemas à sociedade, especialmente ao consumidor, ao meio ambiente e à mobilidade urbana. Pode, inclusive, prejudicar o próprio segmento, à medida que, valendo-se dessa carência de normatização, alguns empresários



FOTOS: RINALDO MARQUES/ARQUIVO ALEPE



REGRAS - Legislação prevê, entre outras exigências, licenças e alvarás necessários ao funcionamento desse tipo de negócio, além do respeito à Política Estadual de Resíduos Sólidos

poderiam atuar de forma negativa para a imagem desse ramo econômico”, explica o parlamentar. A legislação traz diretrizes de ordem sanitária, ambiental e até mesmo de tráfego.

Além de licenças e alvarás, os *food trucks* devem seguir a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 14.236/2010), o Plano de Prevenção contra Incêndio, os princípios de segurança alimentar,

os limites sonoros e uma rotina de inspeção veicular. Os empresários terão até novembro para se adequar ao que determina a nova legislação, que ainda depende de regulamentação do Poder Executivo para a sua efetiva aplicação. Em caso de descumprimento, as sanções previstas são advertência, multa, suspensão da atividade e até mesmo cassação da licença.

À frente do Parada Obrigatória há dois anos, Viviane Rabelo conta que já observa mudanças a partir da nova lei: “Antes ocorriam visitas periódicas da Vigilância Sanitária. Mas não conseguíamos tirar a licença permanente, porque nossa atividade não se encaixava em nenhuma já existente no cadastro. Agora, já demos entrada na documentação”.

Nascidos em São Paulo, ela, o marido e o filho vieram para a Capital pernambucana há cinco anos. Apesar de a mudança ter se

dado diante de uma oportunidade de emprego para o marido, engenheiro mecânico, hoje, a atividade no *food truck* é o que garante, sozinha, a renda da família. “A gente prioriza muito a relação de contato entre o dono e o cliente. Todos estão envolvidos. É cansativo, mas muito gratificante.” O Parada Obrigatória começou só com Viviane e o filho, depois o marido. Agora conta também com mais quatro funcionários.

“Ainda estamos nos informando sobre a nova lei e nos adaptando, mas achamos que vai valorizar a atividade”, opina Viviane, que atuava antes como assistente comercial. “Ganhamos hoje muito mais do que se estivéssemos trabalhando numa empresa”, calcula. O negócio funciona de quarta a domingo, sempre à noite, e já conta com dois pontos fixos no Recife.

Um desses pontos é o *food park* Nas Ubaias, sob a gestão de Diogo Quintella e mais três sócios. “Inicialmente, pensei em montar um *food truck*, mas, como atividade demanda atenção específica e eu atuo como empresário em outros ramos, optei por investir no *food park*. É um lugar onde como comida boa e de que eu gosto.” Em funcionamento desde janeiro, o empreendimento abriga, atualmente, 12 *food trucks*. “A vizinhança está bem satisfeita, porque movimentou o local, que antes ficava deserto à noite. Sem contar que a região, por ser mais residencial, não tem muitos estabelecimentos de alimentação”, acrescentou o gestor do espaço.

Avaliando positivamente a nova lei, Quintella reivindica uma norma que regulamente também os *food parks*: “A gente tenta, por exemplo, conseguir um alvará permanente de funcionamento e não consegue, porque não há previsão legal ainda”. Atualmente, o Nas Ubaias só obtém alvarás temporários, como se fosse um evento esporádico.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Ordem do Dia

Nonagésima Quinta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2017, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1524/2017
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar mediante licitação, o imóvel que indica, localizado no município de Salgueiro.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/08/2017

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1284/2017
Autor: Deputado Isaltino Nascimento

Denomina de "Hospital Geral Governador Eduardo Campos", o Hospital Geral do Sertão que virá a ser construído no município de Serra Talhada, localizado no Sertão Pernambucano.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/03/2017

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1354/2017
Autor: Deputado Rogério Leão

Denomina de Terminal Rodoviário Francisco de Assis Brito, o Terminal Rodoviário Estadual localizado no Município de Tuparetama.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/05/2017

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1429/2017
Autor: Deputado Ricardo Costa

Institui no Calendário Oficial de Eventos, o *Dia da Reforma Protestante*, no Estado de Pernambuco.

Com Emenda Modificativa nº 01 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2017

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1470/2017
Autor: Poder Executivo

Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder, com encargos com direito de uso compartilhado do imóvel localizado no município do Recife em favor da Empresa Pernambuco de Comunicação S/A - EPC e Associação da Empresa de Pernambuco AIP.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/06/2017

Discussão Única da Indicação nº 8504/2017
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no sentido de viabilizarem políticas de apoio à inserção de jovens com **Síndrome de Down** no mercado de trabalho, no município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8505/2017
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no sentido de viabilizarem políticas de apoio à inserção de jovens com **Síndrome de Down** no mercado de trabalho, no município de Cupira.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Suplente**, Deputado Augusto César; **2º Suplente**, Deputada Socorro Pimentel; **3º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Suplente**, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editores** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho e Amanda Silva (estagiária); **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Kerol Correia (estagiária); **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.



DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8506/2017
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no sentido de viabilizarem políticas de apoio à inserção de jovens com **Síndrome de Down** no mercado de trabalho, no município de Palmares.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8507/2017
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Saúde e ao Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte no sentido de revalidar o **VEM Livre Acesso** para as usuárias portadoras de Câncer em tratamento.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8508/2017
Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude no sentido de viabilizarem políticas de apoio à inserção de jovens com **Síndrome de Down** no mercado de trabalho, no município de São Vicente Férrer.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8509/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Diretor Geral do DNIT e ao Superintendente Regional do DNIT em Pernambuco visando a instalação de uma lombada eletrônica na BR-424, no perímetro urbano do município de Venturosa.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8510/2017
Autor: Dep. Zé Maurício

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes do Estado, ao Diretor Presidente do DER/PE no sentido de viabilizarem a instalação de uma lombada na Av. Paulo Guerra, em frente ao número 246-A, no município de Catende.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8511/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no sentido de viabilizar a implantação de novos postos de **Recadastramento Biométrico**, no município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8512/2017
Autor: Dep. Zé Maurício

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Planejamento e Gestão do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem a normalização do abastecimento d'água nos bairros de Paratibe e Arthur Lundgren I e II, no município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8513/2017
Autor: Dep. Zé Maurício

Apelo ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizar a reconstrução do calçamento da Rua Felixlândia (em frente ao número 141), no bairro Loteamento Conceição, Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8514/2017
Autor: Dep. José Humberto Cavalcanti

Apelo à Superintendente dos Correios em Pernambuco no sentido de que regularize as atividades dos correios no município de Jataúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8515/2017
Autora: Dep. Priscila Krause

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e ao Secretário Municipal de Educação no sentido de implementarem a recomendação do Ministério Público de Pernambuco, através da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação da Cidade do Recife, que determinou a adoção de medidas para regularizar a oferta de atendimento educacional especializado no âmbito das Escolas Padre José Mathias Delgado, Padre Antônio Henrique e Governador Miguel Arraes de Alencar na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8516/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade dos Milagres, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8517/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade da Vila do Sesi na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8518/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade de Roda de Fogo, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8519/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade da Vila Cardeal e Silva, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8520/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro do Pau Ferro na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8521/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade da Vila Pinheiro, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8522/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro do Porto da Madeira na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8523/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade do Largo da Paz na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8524/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade da Ipiranga, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8525/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem o aumento do efetivo de Policiais Militares, na Comunidade do Floresta, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única da Indicação nº 8526/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Desembargador no sentido de viabilizar reforço na campanha de **Recadastramento Biométrico**, no município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3681/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao município de Orobó pela passagem do aniversário de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3682/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao município de São Caetano pela passagem do aniversário de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3683/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Jaqueira pelos seus 22 anos de emancipação política que transcorrerá no dia 28 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3684/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Vicência pelos seus 89 anos de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3685/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Ribeirão pelos seus 89 anos de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3686/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Maraiá pelos seus 89 anos de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do Art. 278-A e seguintes Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados Laura Gomes (PSB), Roberta Arraes (PSB), Jadeval de Lima (PDT), Ricardo Costa (PMDB), Clodoaldo Magalhães (PSB) e Zé Maurício (PP), membros efetivos deste Colegiado, para se fazerem presentes à Reunião Ordinária nº11 da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência, que realizar-se-á às 11h00 do dia 28 de agosto do corrente ano, nas dependências do Plenarinho I, no Edifício Miguel Arraes de Alencar, desta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Assunto: “Visita da UNICEF a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência”.

RECIFE, 25 DE agosto DE 2017.

Deputada Terezinha Nunes
Coordenadora Geral

Discussão Única do Requerimento nº 3687/2017
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Ferreira de Moraes, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, na cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3688/2017
Autor: Dep. Zé Maurício

Voto de Aplausos à Associação Águas do Nordeste pela louvável atuação e execução do Projeto Águas de Areias – Recuperação e Gestão Compartilhada das Águas de Aluvião em Leito Seco de Rio no Semiárido Pernambucano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3689/2017
Autora: Dep. Roberta Arraes

Voto de Aplausos pela passagem do Dia do Maçom, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano, neste ato representado, em especial, pela Loja Maçônica Luz, Liberdade e Justiça nº 1672, da cidade de Araripina, do Sertão do Araripe de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3690/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Voto de Aplausos a Orquestra Criança Cidadã pela passagem dos seus 11 anos, comemorado no dia 19 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3691/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Orobó pelos seus 89 anos de emancipação política que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3692/2017
Autor: Dep. José Humberto Cavalcanti

Voto de Aplausos a Superintendente dos Correios em Pernambuco, Deyse Ferraz, pelo seu valoroso desempenho a frente dessa Empresa Pública.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3693/2017
Autora: Dep. Priscila Krause

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo: **A participação política das mulheres e a desigualdade de gênero**, de autoria da promotora de justiça do Ministério Público de São Paulo, Fabiana Dal’mas Rocha Paes, publicado no Boletim de Notícias ConJur, na coluna MP no debate, edição de 3 de junho de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Discussão Única do Requerimento nº 3694/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao município de Moreno pela passagem dos 89 anos de emancipação política, que transcorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/08/2017

Parecer de Comissão

Parecer Nº 4583/2017

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2017, de autoria da Comissão de
Constituição, *Legislação e Justiça* ao
Projeto de Lei Ordinária Nº 1407/2017
Autoria: Deputada Priscila Krause

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DISCIPLINAR O TRANSPORTE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NO INTERIOR DOS VEÍCULOS INTEGRANTES DO TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE RMR E DO TRANSPORTE PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO

ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2017, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2017, de autoria da Comissão de Constituição Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1407/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause, para análise e emissão de parecer.

O Substitutivo em estudo objetiva disciplinar o transporte de animais domésticos no interior dos veículos integrantes do transporte público de passageiros da Região Metropolitana do Recife RMR e do transporte público intermunicipal de passageiros do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

A proposição foi apresentada e aprovada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

A Proposição ora em análise tem por finalidade disciplinar o transporte de animais domésticos de até 10 kg no interior dos veículos integrantes do transporte público de passageiros da Região Metropolitana do Recife - RMR e do transporte público intermunicipal de passageiros do Estado de Pernambuco.

A medida determina que fica estabelecidos alguns requisitos para viabilizar o mencionado transporte tais como acompanhamento dos animais por seus responsáveis, porte de carteira de vacinação do animal com, pelo menos, vacinas antirrábica e polivalente em dia, e acomodação do animal em dispositivo apropriado para seu transporte.

Destaca-se ainda, que o traslado dos animais domésticos, ressalvadas as hipóteses de cães-guias, não poderá ser realizado entre as 6:00h (seis) horas e às 9:00h (nove) horas e entre as 18:00h (dezoito) horas e as 20:00h, (vinte) horas preservando-se assim os horários de pico, bem como fica limitado a três o número de animais a serem transportados a bordo do veículo, por viagem.

Ademais, a proposição garante o direito de acesso ao transporte público de animais domésticos de pequeno e médio porte sem prejudicar o conforto e comodidade dos outros passageiros.

Pelas razões expostas neste Parecer, esta relatoria entende que o Substitutivo N.º 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1407/2017 está em condições de ser aprovado por este colegiado técnico, pois atende ao interesse público ao garantir, o benefício principalmente à população de baixa renda, o transporte de animais domésticos de até 10 kg no interior dos veículos do transporte público de passageiros, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Isaltino Nascimento
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2017, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1407/2017, de autoria da Deputada Priscila Krause.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de agosto de 2017.

Presidente: Lucas Ramos.

Relator : Isaltino Nascimento.

Favoráveis os (4) deputados: Augusto César, Isaltino Nascimento, Joaquim Lira, Tony Gel.

REPUBLICADO

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2017.

Aos 07 dias do mês de agosto de 2017, às 10:00 horas, nas dependências da sala do Plenarinho I desta Assembleia Legislativa, sob a coordenação da Deputada Terezinha Nunes, conforme art. 278-A, do Regimento Interno desta ALEPE. Foi lida a ata da Reunião Ordinária anterior e aprovada pelos presentes. A reunião contou com a presença da deputada Laura Gomes. A deputada Terezinha Nunes deu início à reunião agradecendo a presença de todos. Registrou a presença de Laura Patriota (Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco), Cristina Mota, Elaine Cristina da Silva (Vice Presidente da AMAR), Mariana de Paiva Araújo (Coordenação de Atenção Especializada da Secretaria de Saúde do Recife), Greyse Kelly (Vice Presidente da UMA). Ressaltou a presença de Dra. Juliana e a equipe da consultoria da Assembleia. A deputada falou que no momento que Pernambuco teve o maior número de casos no Brasil e que o desafio foi encarado com muita responsabilidade tendo trabalhos premiados no mundo. Disse que se sabe que são pessoas que têm muitas dificuldades. Saliентou que as crianças com microcefalia têm surgido em famílias muito pobres e que não se recorda de casos em famílias de classe média. Não obstante essa indagação, a deputada lembra que, hoje, atribui-se esse fato à falta de saneamento básico nos locais de pessoas carentes e que, logo advertidas, as pessoas de classe média passaram a se proteger para evitar contrair o Zika. Parabenizou o trabalho das ONGs que tiveram um papel fundamental nos avanços, citando a AMAR e a UMA. Ressaltou as dificuldades de se cuidar dessa situação não só por falta de recursos do estado, uma vez que a patologia é muito recente e, diante disso, solicita que as ONGs e o poder público procurassem ter um entendimento, um diálogo, para que essas crianças sejam melhor atendidas. Ademais, a deputada Terezinha Nunes cita a questão da fisioterapia respiratória, mostrando que muitas dessas crianças precisam disso, afirmando que grande parte delas que faleceram recentemente foi em decorrência de problemas respiratórios. Ainda mais, as mães têm dito que quando chegam nos hospitais com esses problemas, não são tratadas como prioridade e falam que quando a fisioterapia respiratória chega a situação do paciente já está gravíssima. Informou que a UMA fez uma lista de pedidos (que foram entregues à Secretaria de Saúde): (i) ampliação do número de vagas no âmbito da saúde publica estadual; (ii) aumento no número de sessões terapêuticas para que as crianças sejam estimuladas adequadamente; (iii) criação de um programa de acompanhamento em que as crianças recebam um cadastro único e prontuário virtual de acompanhamento que poderá ser acessado em todo o âmbito do estado; (iv) que a proposta do programa possa ser apresentada ao governo com sugestões extraídas através da escuta das maiores necessidades das família; (v) participação da UMA junto a secretaria de saúde para discussão e apontamento de lacunas para que sejam resolvidas em conjunto para melhoria de atendimento. A deputada Terezinha Nunes diz que essa reunião foi chamada para que sejam colocadas em pauta as situações e ter por parte da Secretaria de Saúde uma informação adequada do que está ocorrendo e por parte das entidades o que pode ser melhorado. Em seguida, a deputada Laura Gomes pegou a palavra e agradeceu por estar fazendo parte desse momento e, por ser a relatora, vai escutar tudo que será dito para que no final seja elaborado um documento e ser entregue às autoridades. Depois, passou a voz Cristina Mota (Representante da Secretaria de Saúde) que elogiou a iniciativa de Terezinha Nunes e também a participação de todos, cada um na sua área. Afirmou que, na impossibilidade do Secretário estar presente, ela e Luciana Caroline vieram representá-lo. Disse que vinham com cerca de 10 reuniões com representantes da UMA, mas que, infelizmente, no mês de junho foi descontinuado, justificando em decorrência das enchentes da Mata Sul, reiterando que esse canal é permanente através do Núcleo Permanente de apoio às crianças com microcefalia (formado a partir do primeiro semestre de 2016). Mostrou a importância de ouvir os pleitos (que normalmente se repetem) para procurar soluções integradas. Tiveram a oportunidade, através do “Pernambuco em ação”, de frequentar diversas audiências públicas. Como é um assunto muito caro, os pleitos sempre chegam. Têm participado de muitos fóruns acerca do assunto, não só com a sociedade civil, mas também com o Ministério Público Federal e Estadual. Órgãos como o CREMEPE e CREFIT que têm chegado junto para auxiliar nesse sentido. Estão trabalhando para que essa assistência fique descentralizada. Salienta que, apesar da Secretaria Estadual de Saúde ser uma das prioridades do Governador Paulo Câmara, tem se enfrentado limitações que vão onde está a participação e a integração com a atenção primária que é tão importante para prevenção e proteção à saúde. Explica que precisa reforçar na questão de prevenção na saúde para que não se tenham prejuízos maiores às crianças e famílias. Foi mostrada uma linha do tempo se iniciando com uma “Dengue light”

(mais leve – março de 2015), em agosto de 2015 se relatou um aumento no número de casos e foram feitas algumas reuniões envolvendo a OPAS e então começou a se relatar e notificar os casos. Em novembro houve o primeiro protocolo clínico epidemiológico que foi a base para o protocolo nacional do Ministério da Saúde. Além disso, foi feito o monitoramento semanal. Em novembro, observou-se uma relação entre o Zika e a questão da microcefalia e foi declarado na ocasião estado e emergência nacional. Em 2016 a OMS declarou estado de emergência internacional. A partir de 2016 até hoje, as ações intersetoriais do controle vetorial. Afirma que é uma responsabilidade de todos (sociedade e todos os órgãos). Salientando que a quantidade de notificações vem diminuindo, lembrando que nessa 28ª semana não se teve notificação acerca da microcefalia. Total de 2357 casos já notificados (observou ou alguma alteração dos sinais da síndrome do Zika vírus ou na percepção da microcefalia) e foram confirmados 420 casos que correspondem 17,8% desse total de casos e foram não confirmados 68,2% dos casos e 14% dos casos se encontram em investigação, 95 óbitos desde o início dos casos. No início a rede contava com 2 serviços e houve a implantação e descentralização da rede (objetivo era ter pelo menos 1 serviço em cada uma das regiões do estado, adequação do equipamento de saúde existente, utilizar uma rede robusta e qualificá-la). Buscando mitigar a questão das filas, dando oportunidade de acesso, sendo gerado pelo serviço de saúde mais próximo. Em junho de 2016 se tinha 26 unidades e até a semana passada se conseguiu abrir a 32ª unidade. Foram feitas capacitações mais diversas, incluído uma para as famílias, buscando sempre a descentralização (capacitados 2346 profissionais de saúde, sem contar as famílias). O núcleo procura facilitar no que tange a orientação acerca do benefício do INSS. São 2 planilhas de acompanhamento das crianças. São feitos mutirões para se descentralizar o atendimento e de se capacitar a equipe no local. Em relação aos medicamentos, já se foi feita a nota técnica e está se buscando que sejam disponibilizados nas farmácias. Outro aspecto importante é a Campanha Nacional de Mobilização Social que teve um grande lastro em função do objetivo do “macroamor”. Outro ponto é a utilização do que se tem de oferta em serviços, como a ampliação do acesso (hoje se vê o que chama de perda primária). A deputada Terezinha Nunes disse que conseguiram que o “Minha Casa Minha Vida” disponibilizasse casa para família com criança com microcefalia, inclusive já houve famílias que receberam. Em seguida, a palavra foi passada para Germana (Presidente da UMA) que agradeceu o convite da frente e a presença de todos. Salienta que a reunião teria sido marcada antes do tempo e comunicou que houve a retomada das reuniões com a UMA. Disse que haveria 1 reunião por mês e que em cada encontro debateriam 2 tópicos para resolução. Citou, como exemplo de problemática, uma simples colocação de sonda, existindo enfermeira dizendo que não saber colocar (quando existem mães que colocam em casa). A UMA entregou algumas reivindicações para serviços como: fisioterapia respiratória, ampliação de vagas para o atendimento multidisciplinar, mães com interesses de colocar o diu, crianças precisando de óculos e lentes, outras com dificuldades na marcação de consultas com neurologista e gastro pediatra, entrega de resultados de LCR, saúde da mulher (Fala que ficou feliz com a liberação do medicamento Kepra). Citou que houve a passeata e que foi recebida pela deputada Terezinha Nunes e foi entregue a ela um papel de reivindicações. Saliентou que foi realizada com muito sofrimento, pois foi feita em decorrência dos últimos óbitos (todos eles pelo mesma situação – problemas respiratórios). Ratifica que notou que a deputada Terezinha Nunes ficou emocionada quando ouviu o pedido de João Lucas na voz de sua mãe (Valéria): “Deixa eu te pedir uma coisa: quero viver bem muito com todos os meus amiguinhos!”. Pede desculpas, caso tenha sido mal interpretada (parecendo de forma grosseira), explicando que não é fácil essa busca por soluções e, ainda mais, sendo mãe. A palavra foi passada para Elaine Cristina da Silva que ratificou o problema da fisioterapia respiratória. Explica que as mães criticaram que não era permitido se alimentar na enfermaria, no sentido de que lá seria melhor para acompanhar seus filhos. Reitera a problemática da falta de medicamento. Cita a importância de centros especializados. A deputada Laura Gomes, com a palavra, perguntou acerca da fisioterapia respiratória e cita o PE Conduz (que o intuito inicial era levar os cadeirantes para a reabilitação, depois para lazer – tudo isso através de emendas – mostrando que se pode modificar já para essas crianças) saber se pode ser utilizado, falando que deve ser feita uma articulação nesse sentido. Germana sugeriu chamar Eduardo (coordenador do PE Conduz) para a próxima reunião. Cristina, com a palavra, falou da disponibilização do medicamento Kepra e fala que esse é o 33º medicamento que o governo do estado disponibiliza e o segundo estado que mais disponibiliza é o DF com apenas 3. Sobre o diu, disse que já se tem disponibilizado e há uma discussão técnica de quem irá coloca-lo. Explica que aumentar a oferta de fisioterapia respiratória depende, também, de ajuda dos NASFs e que deve ser visto de forma responsável, pois, caso contrário, irá se aumentar mais um serviço e surge o problema de conduzir a criança ao tratamento. Reitera a importância da descentralização para que se tenha uma melhora de qualidade de tudo, inclusive de vida, sendo o caminho para a sustentabilidade. Fala que deve se buscar a prevenção com fono e diagnóstico precoce. Salienta a importância do feedback pois não se tem como fiscalizar todos os âmbitos. Afirma que o prontuário eletrônico é o sonho e que, infelizmente, ainda se está longe disso. Sobre a capacitação na urgência e emergência, acredita que é um erro achar que quanto mais especializado melhor, pois nesse caso, provavelmente, iria deixar passar batidas situações mais simples, por exemplo. No que tange vagas de UTI, diz que o acolhimento deve ser igual para todo mundo e existe uma câmara técnica de discussão na qual define os critérios de UTI. Em seguida, foi dada a palavra a Mariana de Paula Araújo que afirma que no município conseguiu implantar um núcleo de desenvolvimento infantil que faz o acompanhamento de várias crianças. Essa equipe é composta por vários profissionais, como neuropediatras, fisioterapeutas, etc. Afirma que existe algum déficit de profissionais, apesar da autorização do chamamento do concurso. Esse ND fica localizado na Policlínica Lessa de Andrade e sabe que precisa descentralizar essas ações, a equipe trabalha em parceria com os NASFs. A Prefeitura se coloca a disposição a essa questão do acesso que se sabe que é muito difícil. A criança é enviada de forma regulada ao Núcleo. Tem relatos da grande dificuldade de deslocamento das mães para se chegar à terapia. Tem um grupo de assistente social que serve para sinalizar quais as famílias que estão tendo esse problema. Afirma que tenta trabalhar em comunhão com outras secretárias. Após, Luciana enfatizou o que se foi dito no que tange ao início de tudo, quando a Secretaria de Saúde puxa a responsabilidade para si. Mas, chega um momento no qual o município tem que pegar para si, também e Recife é um exemplo disso. Reitera que cada reivindicação é muito pontual e ratifica que é muito importante que o município trabalhe em conjunto com o estado para que se busque a melhor solução. Com a palavra, a deputada Laura Gomes pergunta se já houve trabalho em conjunto com a AMUPE no sentido de uma sensibilização e deixa a cargo de sugestão um contato com esse órgão. A palavra foi dada a Debora Garret (Gestora de Regulação Ambulatorial) que afirma que regula todo o acesso para a microcefalia e diz que não tem demanda reprimida e que essa dificuldade deve ser sinalizada para que se tenha alguma posição. Acreditando que sejam problemas pontuais que se precisa saber para poder buscar solução para tal, havendo a marcação. Cristina disse que a marcação está no sistema e que o sistema de regulação funciona bem, é democrático e é humanizado. A deputada Laura Gomes perguntou se é possível se estabelecer uma cota de regulação e Débora disse que é possível e quando não se preenche essa cota a vaga fica em aberto. Germana, com a voz, fala que precisa identificar o que está causando essa distância (entre o que as mães dizem da dificuldade e que o estado diz que tem vagas). Fala que muitas vezes, na atenção primária, existem profissionais que não têm a capacitação necessária para essa síndrome. Cristina reitera que se deve contar com a parceria dos municípios e que a síndrome do Zika vírus “serviu” para que se desse uma atenção maior a essa questão das pessoas com deficiência. A deputada Terezinha Nunes disse que, apesar de concordar que os municípios devem atuar em conjunto com o estado, este deve puxar pra si mesmo, pois daqui que os municípios atentem para atuar já será tarde. Ademais, afirma que a Frente vai trazer a AMUPE para debater esses temas e que pressionem os municípios. Sabe-se que os mais próximos e mais demandados como Recife e Jaboatão, por exemplo, a atuação fica mais disponível, já alguns do interior não se tem esse “agir”. Com a palavra, Marina (Consultora da ALEPE) pergunta como funciona a rede de atendimento dessas crianças e o porquê de tanta gente se concentrando no Lessa de Andrade. Germana fala que algumas redes têm um critério para reabilitar a criança (CISAN, IMIP, etc). Afirma que o fato dessa lotação em alguns hospitais faz com que essa reabilitação não seja de qualidade. Salienta que era de Ipojuca e sentiu a necessidade de vir morar em Recife pela deficiência dos profissionais de lá que não têm a capacitação necessária para lidar com esses casos. Marina diz que alguns municípios abrem serviço reabilitação e a partir de então ele não tem obrigação de transportar a criança para outro município. E, mais uma vez, se cita a importância da descentralização, tanto da oferta do serviço quanto da capacitação. Juliana (Procuradora da ALEPE), com a palavra, diz que existe protocolo do ministério da saúde, mas que não é seguido. Diz que não adianta fazer uma UPAE e não ter um coordenador que a mãe não se sinta confortável. E essa falta de segurança da mãe faz com que ela venha e lote Recife. Ela fala que sente a falta de um aprimoramento e um diálogo. Afirma que o Ministério da Saúde não paga mais de duas terapias/dias na AACD. Com a palavra, Terezinha Nunes fala que vai chamar o PE Conduz e vê que se chegou a conclusão que a fisioterapia respiratória precisa ser mais descentralizada e haver um diagnóstico precoce atrelado à fono, mostrando que o maior problema é o transporte. Observou o vazio entre as mães (querendo marcar) e o estado (dizendo que há vagas). Nesse sentido, a deputada Terezinha Nunes encerrou a reunião afirmando que irá tentar difundir isso para que os municípios se mobilizem no sentido de fazer os consórcios e se preocuparem, pelo menos, com a atenção básica. Por fim, a deputada Terezinha Nunes, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Coordenadora Geral:
Deputada Terezinha Nunes

Relatora:
Laura Gomes

Membros:
Roberta Arraes
Clodoaldo Magalhães
Ricardo Costa
Jadeval de Lima
Zé Maurício